

## **POLÍTICA EDITORIAL DA REVISTA DE EGRESSOS E ACADÊMICOS DE DIREITO (READ)**

A Revista de Egressos e Acadêmicos de Direito (READ), vinculada ao Centro Universitário de Brasília (CEUB), configura-se como um periódico técnico-científico voltado à promoção do conhecimento jurídico e à difusão de estudos de alta qualidade acadêmica. Sua criação tem como finalidade primordial fomentar o debate crítico, reflexivo e interdisciplinar sobre temas contemporâneos e relevantes no cenário jurídico nacional e internacional, buscando consolidar-se como um espaço de diálogo entre a pesquisa acadêmica e as demandas práticas do Direito.

A READ destina-se, essencialmente, à publicação de artigos científicos e entrevistas que contribuam para o avanço do pensamento jurídico e para a consolidação de uma cultura científica sólida entre discentes, egressos, pesquisadores e profissionais do Direito. A publicação tem o propósito de incentivar a produção intelectual, o rigor metodológico e a reflexão crítica, de modo a fortalecer o vínculo entre a formação acadêmica e a prática profissional, promovendo o desenvolvimento humano, ético e social que se espera de um jurista comprometido com os valores democráticos e com a justiça social.

### **1. Finalidade e escopo editorial**

O escopo da READ é de natureza ampla e plural, abarcando pesquisas teóricas e empíricas que dialoguem com os diversos ramos do Direito — público e privado —, bem como com disciplinas correlatas que contribuam para a compreensão crítica do fenômeno jurídico em sua complexidade. Assim, admite-se a submissão de trabalhos que tratem de áreas tradicionais do conhecimento jurídico, como Direito Constitucional, Administrativo, Civil, Penal e Processual, mas também de campos emergentes e interdisciplinares, a exemplo do Direito Digital, Eleitoral, Ambiental, Internacional.

A READ valoriza, de modo especial, produções que adotem uma perspectiva interdisciplinar, permitindo o diálogo entre o Direito e outras ciências, como a Sociologia, a Ciência Política, a Filosofia, a Economia e a História. Busca-se, dessa forma, promover a reflexão crítica e contextualizada, reconhecendo que o Direito não se esgota em sua dimensão normativa, mas se projeta como fenômeno social, cultural e político.

## **2. Originalidade, ineditismo e responsabilidade autoral**

Os trabalhos submetidos à READ devem ser originais e inéditos, não podendo estar em processo de avaliação simultânea em outro periódico, repositório institucional ou biblioteca digital. Os conceitos, interpretações e opiniões manifestados nos textos são de responsabilidade exclusiva de seus autores, não refletindo, necessariamente, a posição editorial da revista ou do Centro Universitário de Brasília. Essa diretriz decorre do princípio da liberdade acadêmica e científica, assegurando o pluralismo de ideias e a independência intelectual dos colaboradores.

## **3. Submissão**

O fluxo de submissão de originais ocorre em regime contínuo, estando o sistema de recebimento de trabalhos permanentemente aberto. As submissões de artigos devem ser realizadas através do formulário eletrônico do Google Forms, no qual o autor deve preencher todos os campos obrigatórios, como dados pessoais, vínculo institucional e enviar o artigo em formato Word.

## **4. Processo de avaliação e critérios editoriais**

A avaliação dos manuscritos submetidos à READ segue um rito técnico e rigorosamente estruturado, de modo a assegurar a qualidade e a credibilidade científica das publicações.

Em uma primeira etapa, a Equipe Editorial realiza a análise preliminar do material recebido, verificando sua conformidade com a linha editorial da revista e o atendimento aos requisitos formais estabelecidos, tais como: adequação do título, cumprimento do número mínimo e máximo de páginas, apresentação de resumo e palavras-chave, correta formatação das citações e referências, e observância das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou outro padrão indicado nas diretrizes de submissão.

Após essa triagem inicial, os trabalhos são submetidos a um software de detecção de plágio e autoplágio, garantindo o respeito aos princípios da ética científica e da integridade acadêmica. O uso de ferramentas de inteligência artificial é restrito a atividades de verificação

ortográfica e gramatical, organização de dados e elaboração de gráficos, sendo vedada qualquer forma de utilização que comprometa a autoria intelectual ou a originalidade da produção científica.

Concluída a etapa de verificação de autenticidade, o artigo é anonimizado, com a remoção de quaisquer informações de identificação e dos metadados do arquivo, sendo então encaminhado ao processo de avaliação cega por pares (*double-blind peer review*). Nesse sistema, tanto os autores quanto os pareceristas permanecem em sigilo recíproco, assegurando a imparcialidade e a objetividade do julgamento.

Os pareceres emitidos pelos avaliadores podem recomendar: (a) aceitação integral do manuscrito; (b) aceitação condicionada à realização de ajustes; ou (c) recusa fundamentada. No caso de aprovação com necessidade de ajustes, o parecer indicará o prazo para a realização das modificações sugeridas. O não cumprimento desse prazo poderá ser interpretado como desistência da submissão, sem prejuízo de nova submissão futura. A aprovação final do texto está condicionada à verificação de que todas as recomendações dos pareceristas foram devidamente observadas.

## **5. Direitos autorais, ética e licenciamento**

O autor deve estar plenamente ciente das disposições da Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9.610/1998), sendo o único responsável pelas informações fornecidas e pela autenticidade dos documentos apresentados. Além disso, ao submeter o artigo, o autor concorda que, em caso de aprovação, o trabalho poderá ser publicado pela revista acadêmica e disponibilizado gratuitamente para download, impressão, leitura e citação pela comunidade científica e pelo público em geral.

O Termo de Consentimento, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), deverá ser assinado no momento da inscrição via Formulário do Google Forms, no qual é garantido que os dados fornecidos serão utilizados exclusivamente para fins de organização da edição vigente, sem qualquer compartilhamento com terceiros ou uso para outras finalidades.

A READ reafirma seu compromisso com as boas práticas de publicação científica, observando as normas nacionais e internacionais relativas à ética na pesquisa, à integridade acadêmica e à transparência dos processos editoriais. Práticas como o plágio, a duplicidade de

submissão, a fabricação ou falsificação de dados e o uso indevido de inteligência artificial constituem condutas incompatíveis com os princípios da revista e ensejam a rejeição do manuscrito e a comunicação do caso para a instituição.

## **6. Proteção de dados e confidencialidade**

Em observância à Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a READ adota políticas de privacidade destinadas à proteção das informações fornecidas pelos autores, pareceristas e demais colaboradores. Todos os dados pessoais coletados são utilizados exclusivamente para fins relacionados ao processo editorial e à comunicação institucional, mediante o consentimento livre e informado dos titulares. Não haverá compartilhamento de dados com terceiros alheios às atividades editoriais, garantindo-se sigilo e segurança em todas as etapas do processo.

Em síntese, a Política Editorial reflete o compromisso da READ com a excelência acadêmica, a ética científica e a democratização do conhecimento jurídico. Ao articular pesquisa, ensino e extensão, a revista reafirma sua vocação de servir como um espaço de formação crítica, diálogo intelectual e difusão de saberes comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa, plural e democrática.

**READ CEU<sub>β</sub>**